



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**31/01/2012**

# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. TURMAS RECURSAIS.....	2 - 3
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. ASSESSORIA.....	4 - 5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. ASSESSORIA.....	6
3.2. CONCURSO.....	7
3.3. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	8
3.4. INSTITUCIONAL.....	9
3.5. PRESIDENTE.....	10
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. CARTÓRIOS.....	11 - 12
4.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	13
4.3. INSTITUCIONAL.....	14
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. JULGAMENTOS.....	15
5.2. PRESIDENTE.....	16
5.3. VARA DE EXECUÇÕES PENAIS.....	17 - 18
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	19 - 21
6.2. CÂMARA CÍVEL.....	22
6.3. DESEMBARGADORES.....	23
6.4. INSTITUCIONAL.....	24 - 26
6.5. JULGAMENTOS.....	27 - 28
6.6. SERVIDORES.....	29
6.7. TURMAS RECURSAIS.....	30
6.8. VARA CRIMINAL.....	31

## Chefe de quadrilha especializada em roubo a caminhões é preso pela Polícia Civil em Imperatriz



**Sergipano é preso pela Polícia Civil em Imperatriz**

Uma investigação da Polícia Civil culminou na prisão do chefe de uma quadrilha especializada em rou-

bo de carga, no final de semana, em Imperatriz, a 637 quilômetros da Capital maranhense.

De acordo com o delegado Regional de Imperatriz, Francisco de Assis Ramos, a ação contou com o apoio da Polícia Rodoviária Federal (PRF), e resultou na detenção de Francisco Teles Silva, o vulgo Sergipano, 64 anos, natural de Sergipe, no posto da PRF em Imperatriz.

Segundo o delegado, o mandado de prisão preventiva era da Comarca de Porto Franco, uma vez que Sergipano é suspeito de chefiar uma quadrilha especializada em roubo a caminhões na região de Imperatriz e de Porto Franco, que atuava principalmente na BR 010. "Além de roubar a carga dos

veículos, o bando ainda subtraía todos os pneus dos caminhões das vítimas", frisou o delegado Assis.

Foi expedido também um mandado de busca e apreensão pela Comarca de Porto Franco, cumprido em uma fazenda situada no Povoado de Córrego Novo, na cidade de Açailândia, que é de propriedade do Francisco Teles, no entanto nenhuma carga foi encontrada pela Polícia.

Francisco Teles já possui antecedentes por roubo e furto no estado de Sergipe. Já no Maranhão, ele responde por roubo. O criminoso foi encaminhado para delegacia de Porto Franco e ficará à disposição da Justiça.

## Cleones Cunha instala Turma de Uniformização de Interpretação de Lei



Ontem (30), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, instalou e empossou os integrantes da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, regida pela Resolução nº 44/2011, do Tribunal de Justiça do Maranhão. A Turma é presidida pelo desembargador José Luiz Almeida e formada pelos presidentes das cinco Turmas Recursais de São Luís. **PÁGINA 3**

## Cleones Cunha instala Turma de Uniformização de Interpretação de Lei

Ontem dia (30/01), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, instalou e empossou os integrantes da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, regida pela Resolução nº 44/2011, do Tribunal de Justiça do Maranhão. A Turma é presidida pelo desembargador José Luiz Almeida e formada pelos presidentes das cinco Turmas Recursais de São Luís.

Farão parte do trabalho da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, os juizes Raimundo Nonato Sorocaba Martins Filho (presidente da 1ª Turma Recursal), Samuel Batista de Souza (presidente da 2ª Turma Recursal), Manoel Aureliano Neto (presidente da 3ª Turma Recursal - que está afastado), Maria do Socorro Carneiro (presidente da 4ª Turma Recursal) e Lucas da Costa Ribeiro Neto (presidente da 5ª Turma Recursal).

O papel da Turma será solucionar divergências entre decisões proferidas pelas Turmas Recursais em questões de direito material. Isso será feito quando houver pedidos de advogados. Eles podem ingressar com recurso em até dez dias após a publicação de decisão que tenha gerado divergência, pedindo para uniformizar as decisões.

"Fico alegre em instalar a Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, que é uma novidade na estrutura

dos Juizados Especiais, e é uma grande vantagem termos esse instrumento para tratar das divergências", disse o desembargador Cleones Cunha, na sala de reunião do seu gabinete. "Apesar da simplicidade desse ato, solenemente, declaro a Turma instalada e a entrego nas mãos dos senhores", completou o corregedor-geral.

A coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, juíza Márcia Cristina Coelho Chaves, também, acompanhou a instalação da Turma de Uniformização.

Para o desembargador José Luiz Almeida, escolhido para presidir da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, qualquer tarefa que envolva estudo, dedicação intelectual, é recebida com alegria. "Eu me sinto muito honrado por ter sido escolhido pelo Tribunal de Justiça para a tarefa. Vejo isso como um bônus. Estarei à disposição para que possamos analisar as matérias com profundidade, e espero que nestes dois anos tenhamos um trabalho positivo", declarou o desembargador durante a posse.

A primeira reunião da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei será convocada pelo desembargador José Luiz Almeida. As reuniões ocorrerão uma vez por mês, na sala das sessões Criminais do Tribunal de Justiça do Maranhão.



## OPINIÃO

### CERCA DE 20 MIL PESSOAS VISUALIZAM INFORMAÇÕES DO TJMA

Além do site do Tribunal de Justiça ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)), a sociedade tem outros canais de acesso à informações sobre as atividades do Poder Judiciário maranhense. **PAG. 02**

## REDES SOCIAIS

# Cerca de 20 mil pessoas visualizam informações do TJMA

Além do site do Tribunal de Justiça ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)), a sociedade tem outros canais de acesso à informações sobre as atividades do Poder Judiciário maranhense. Trata-se das redes sociais Facebook e Twitter, onde os internautas podem acessar, compartilhar e "curtir" pautas das sessões plenárias e das câmaras isoladas cíveis, criminais e reunidas, além de vídeos, fotos e notícias. Em nove meses de implan-

tação do perfil "TJ\_MA" no Facebook, chegou a quase 20 mil o número de visualizações das notícias do Judiciário. No Twitter ([www.twitter.com/TJ\\_MA](http://www.twitter.com/TJ_MA)) são quase dois mil seguidores, entre magistrados, servidores, juristas, autoridades diversas, e o público em geral. Um link instalado no site do TJMA, na área "Acesso Rápido", direciona para as páginas do Tribunal às redes,

onde a população pode acompanhar as informações publicadas. A atualização dos conteúdos é feita diariamente, com as notícias produzidas pela equipe da Assessoria de Comunicação do TJMA nas sessões de julgamento e junto à presidência do Tribunal, diretorias e coordenações. As ações foram implementadas como parte do Plano de Ação Estratégica da Assessoria de Comunicação.

Com esses canais, o Tribunal busca se aproximar ainda mais dos usuários da Justiça, dando mais agilidade na comunicação e transparência na informação, além de interagir com o público, respondendo as demandas apresentadas. Os canais de comunicação virtuais vêm se consolidando como uma relevante ferramenta de divulgação das informações de interesse público.

## **Acesso a informações sobre o Judiciário**

Além do site do Tribunal de Justiça ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)), a sociedade tem outros canais de acesso a informações sobre as atividades do Poder Judiciário maranhense. Trata-se das redes sociais Facebook

e Twitter, onde os internautas podem acessar, compartilhar e "curtir" pautas das sessões plenárias e das câmaras isoladas cíveis, criminais e reunidas, além de vídeos, fotos e notícias.

# TJMA convoca 41 aprovados do concurso de 2009

## Candidatos foram aprovados para os cargos de nível superior, médio e fundamental do Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) convoca mais 41 aprovados no concurso público de 2009 para os cargos de nível superior, médio e fundamental do Poder Judiciário. Os candidatos devem, no prazo de 20 dias após a publicação do edital de convocação no Diário Eletrônico da Justiça, apresentar os exames médicos para avaliação de aptidão física e mental, que constam no item 8.3 do Edital nº 001/2009.

A convocação é a segunda realizada neste mês pelo presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior.

"A meta é suprir a necessidade da Justiça de 1º Grau, dotando as comarcas de pessoal capacitado para atender as demandas judiciais", diz o presidente. No total estão sendo chamados cinco analistas judiciários (assistente social), seis oficiais de Justiça e 30 técnicos judiciários (apoio administrativo).

Após o prazo de convocação, os candidatos habilitados serão nomeados, nos termos do Art. 37 da mesma Resolução, e deverão comparecer à secretaria da comissão de concursos, no prazo de 30 dias após a publicação da nomeação no Diário Eletrônico da Justiça, para a entrega de todos os documentos constantes no item 8.4 do edital do concurso, disponível na seção "concursos", do site [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br).

A escola da comarca de

Divulgação



Guerreiro Júnior, presidente do TJ

lotação em audiência pública será realizada às 8h30, do dia 28 de fevereiro de 2012 no Auditório do Tribunal de Justiça, situado na Praça Pedro II, s/n, Centro, Palácio da Justiça "Clóvis Bevilácqua", São Luís/MA, obedecendo a rigorosa ordem de classificação.

O não comparecimento do candidato para apresentar os exames médicos para avaliação de aptidão física e mental no prazo estabelecido ou para audiência pública caracterizará como não aceita a nomeação com a consequente reclassificação, por uma única vez, para a última posição da lista de classificação do concurso por cargo e especialidade.

### **Denunciado**

Acusado de descumprir ordem judicial, o prefeito do município de Viana, Rivalmar Moraes, responderá ação penal no Tribunal de Justiça.

A denúncia, feita pelo Ministério Público, foi recebida, por maioria, pelos membros da 3ª Câmara Criminal.

Moraes é acusado de não ter cumprido o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para nomear candidatos aprovados em concurso público.

# Serviços forenses do interior do MA estão mais ágeis

Presidência do Tribunal de Justiça anuncia duplicação da velocidade de transmissão de dados nos fóruns de São Luís e Imperatriz

Divulgação

“Modernizar os serviços judiciais é imprescindível. O Poder Judiciário vai investir cada vez mais na capacidade de sua rede de dados para agilizar os serviços forenses e melhorar o atendimento àqueles que procuram a Justiça”. A afirmação é do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, que anunciou a duplicação da velocidade de transmissão de dados nos fóruns de São Luís e Imperatriz.

Na duas unidades judiciais – as maiores do estado –, foram instalados novos links de dados com capacidade de 4 Mbps (megabites por segundo). A ampliação vai agilizar os procedimentos nas secretarias judiciais no atendimento ao público, pois torna mais rápido o acesso à internet, serviços e sistemas do Poder Judiciário do Maranhão.

As demais unidades que integram a nova rede de dados do Judiciário também receberam novos links durante o ano de 2011 e contam agora com velocidade de 2 Mbps, representando um aumento de oito vezes em relação à capacidade anterior.

“No total, foram instalados equipamentos de informática em 130 unidades judiciais e administrativas da capital e do interior, quadruplicando a velocidade de conexão entre as unidades jurisdicionais e a Central de Processamento de Dados do TJ, que fica em São Luís”, informou o diretor de Informática e Automação, Paulo Rocha Neto.

**Novos links** - Todas as unidades da capital já contam com novos links, incluindo os Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo do Centro, Universi-

## Mais

**Também** estão mais ágeis as comarcas de Santa Rita, São Bernardo, São Domingos do Maranhão, São José de Ribamar, São Luís Gonzaga, São Mateus, Senador La Roque, Timbiras, Tutoia, Tuntum, Urbano Santos, Vargem Grande, Viana, Vitória do Mearim e Zé Doca. As demais comarcas receberão os novos links durante os meses de fevereiro e março deste ano.

dade Estadual do Maranhão (Uema), Coroado, Anjo da Guarda, Universidade Ceuma, São Francisco, Cohama, Turu, Anil, João de Deus e Maracanã.

Além dos Juizados Especiais Criminais do Fórum e do Anil, Fórum de São Luís, 2º e 3º Juizado Criminal, 2ª Vara de Execuções Penais, 11ª Vara Criminal, 1ª e 2ª Vara da Infância e Juventude, Casa da Criança, Escola da Magistratura (Esmam), Juizado de Trânsito, Turmas Recursais, Vara da Violência Doméstica Contra Mulher e setor de Almoarifado da Coordenadoria de Material e Patrimônio do TJ.

No interior do Maranhão, 96 comarcas já receberam os links de 2Mbps, entre elas Açailândia, Anajatuba, Araiões, Arari, Bacabal, Balsas, Brejo, Buriti, Buriti Bravo, Buriticupu, Caxias (fórum e juizado) e Codó.

Também estão mais agilizadas as comarcas de Colinas, Coroatá, Chapadinha, Estreito, Guimarães, Imperatriz (fórum, juizado e Turma Recursal), Itapecuru-Mirim, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lago da Pedra, Magalhães de Almeida, Matinha e Mirinzal.



Guerreiro Júnior diz que o Poder Judiciário investirá na tecnologia

Clic!

Fotos/Divulgação



**O PRESIDENTE** do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Guerreiro Júnior, ao lado do desembargador Marcus Faver (RJ), do governador do Piauí, Wilson Martins, e do presidente do Tribunal de Justiça daquele estado, desembargador Edvaldo Moura, no 90º encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, realizado em Teresina. Guerreiro Júnior levou projetos de gestão e defesa da PPP (Parceria Público-Privada) como instrumento único para impulsionar obras e serviços no Judiciário nacional. Maior tribunal do país, São Paulo abraçou de pronto a proposta, e também vai levá-la ao CNJ

# Registro Civil



Corregedor Cleones Cunha.jpg

*O governo federal está lançando, neste mês de janeiro, a Campanha Nacional do Registro Civil, com ampla divulgação na mídia. No Maranhão, os parceiros da campanha são, entre outros, a Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Cidadania, o Tribunal de Justiça e a Corregedoria Geral da Justiça. O objetivo é, no decorrer de 2012, realizar mutirões, esclarecer a população e dar condições para que todos possam ter acesso ao registro civil. Uma das ações previstas são as unidades interligadas em maternidades.*

## REGISTRO CIVIL

\* Entre os anos de 2000 e 2007, diversas campanhas foram realizadas pelo Judiciário do Maranhão.

\* Este trabalho foi intensificado a partir de 2009, que foi escolhido como o Ano de Erradicação do Subregistro.

\* Ainda assim, o Estado luta para diminuir os índices de pessoas sem o registro civil.

\* O Tribunal de Justiça do Maranhão, inclusive, desenvolveu um programa de registros civis, denominado REGESTA e que foi apresentado ao auditório do Conselho Nacional de Justiça.

## Prefeito de Viana é denunciado

Acusado de descumprir ordem judicial, o prefeito do município de Viana, Rivalmar Luis Gonçalves Moraes, responderá ação penal perante o Tribunal de Justiça do Maranhão. A denúncia do Ministério Público Estadual (MPE) contra o prefeito foi recebida, por maioria, pelos membros da 3ª Câmara Criminal, em sessão nesta segunda-feira (30).

## O gato comeu...

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) descobriu que uma importância de R\$ 6,4 milhões em bens doados pelo órgão a tribunais de justiça estaduais desapareceu. Relatório do órgão revela que as cortes regionais não sabem explicar onde foram parar 5.426 equipamentos, entre computadores, notebooks, impressoras e estabilizadores, entregues pelo CNJ para aumentar a eficiência do Judiciário brasileiro. A auditoria mostra ainda que os tribunais mantêm parados R\$ 2,3 milhões em bens repassados. Esse material foi considerado "ocioso" pelo conselho na apuração, encerrada no dia 18 de novembro passado. É muito dinheiro jogado pelo ralo. Só falta agora a ministra Eliana Calmon, cobrar o prejuízo.

## ■ JOÃO LISBOA

# Ex-prefeito condenado a 41 anos

O ex-prefeito de João Lisboa, Francisco Alves de Holanda, foi condenado a 42 anos pelo juiz Márlon Jacinto Reis, da 2ª Vara da Comarca do município. Holanda foi denunciado por improbidade administrativa ao dispensar licitações em compras e contratação de serviços e obras. Ele também foi condenado ao pagamento de multa de 2% do valor gasto irregularmente, superior a R\$ 2,6 milhões.

Ação do Ministério Público, assinada pelos promotores de Justiça Maria José Lopes Corrêa e Tarcísio José Sousa Bonfim, baseou-se em relatório do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE) a respeito das contas do município no exercício financeiro de 2004.

Na ação, foram apontadas 204

ocorrências de despesas sem licitação. Dessas, para apenas 48 a prefeitura de João Lisboa comprovou a existência de processo licitatório. Nos outros 156 casos não foram apresentados documentos que comprovassem a existência de licitação e nem qualquer procedimento que declarasse a dispensa ou inexigibilidade do processo.

Outra acusação feita pelo Ministério Público foi a de que o Município teria realizado fracionamento de despesas, visando utilizar um sistema de licitação menos rigoroso, o de Cartas-Convite. A prática foi confirmada pela Justiça, mas não houve condenação do prefeito nesse ponto por não ter ficado provada a intenção do ex-gestor em burlar a Lei de Licitações.

## 204

dispensas de licitação foram apontadas na ação proposta pelos promotores de Justiça com base no relatório do Tribunal de Contas do Estado

No entendimento dos promotores de Justiça os crimes praticados pelo prefeito Francisco Alves de Holanda em sua gestão teriam continuidade delitiva, prática de crimes da mesma espécie em continuidade, fator que pode determinar o aumento da pena.

De acordo com o juiz Márlon Jacinto Reis, da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa, essa característica não pode ser atribuída às irregularidades do ex-prefeito como um todo, pois a legislação limita o período a um mês, enquanto as compras e contratações irregulares foram feitas durante todo o ano de 2004.

O juiz, no entanto, tipificou a conduta do ex-prefeito como sendo de continuidade delitiva em cada mês de 2004. Assim, o julgamento das irregularidades foi feito de forma independente para cada um dos 12 meses do ano. Dessa forma, Francisco Alves de Holanda foi condenado 12 vezes a três anos e seis meses de prisão, totalizando a pena de 42 anos de detenção.

O projeto de Parceria Público-Privada para o Judiciário continua na pauta prioritária do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Guerreiro Júnior. No encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça, realizado no último fim de semana, em Teresina (PI), Guerreiro apresentou a proposta que vem defendendo desde quando era corregedor de Justiça, e foi bem aceita pelos colegas.

# Centros penais interditados

Interdição foi motivada não só pelas más condições das celas, mas também devido à superlotação, que funciona com 91% acima de sua capacidade

**A** pedido da Defensoria Pública do Estado, a Justiça estadual interditou parcialmente o Centro de Detenção Provisória (CDP) e a Central de Custódia de Presos da Justiça de Pedrinhas (CCPJ). Decretou ainda a interdição total do Centro de Triagem de Pedrinhas por apresentar condições inadequadas de confinamento dos presos encaminhados à unidade.

A ação, deferida pelo juiz Douglas de Melo Martins que está respondendo pela 2ª VEP da capital, foi formulada após inspeção realizada pelo defensor público Alberto Pessoa Bastos, que atua na 2ª Vara de Execução Penal (VEP) nas instalações dos estabelecimentos penais.

Segundo o relatório produzido pelo defensor público, além das más condições de funcionamento, o pedido de proibição se baseou na superlotação das unidades. Projetada com capacidade para abrigar 402 presos, o CDP mantém atualmente 643. O mesmo acontece com a CCPJ de Pedrinhas que deveria alo-

car 160 presos e está com 308, ou seja, está funcionando 91% acima de sua capacidade.

Conforme a solicitação da Defensoria, foi estabelecido o prazo de 90 dias, podendo ser prorrogado por igual período, até que a população carcerária do CDP e da CCPJ se compatibilize à capacidade estrutural das unidades. Para o defensor Alberto Bastos, "é o único meio de assegurar o correto cumprimento da pena, promover o adequado funcionamento da unidade prisional e resguardar os direitos fundamentais violados".

No caso do Centro de Triagem, a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) destacou, ao pedir a realização de obras de reforma e adequação, que o espaço se encontra em situação calamitosa e que existe parecer da Vigilância Sanitária, declarando que o local é insalubre, quente e sem ventilação.

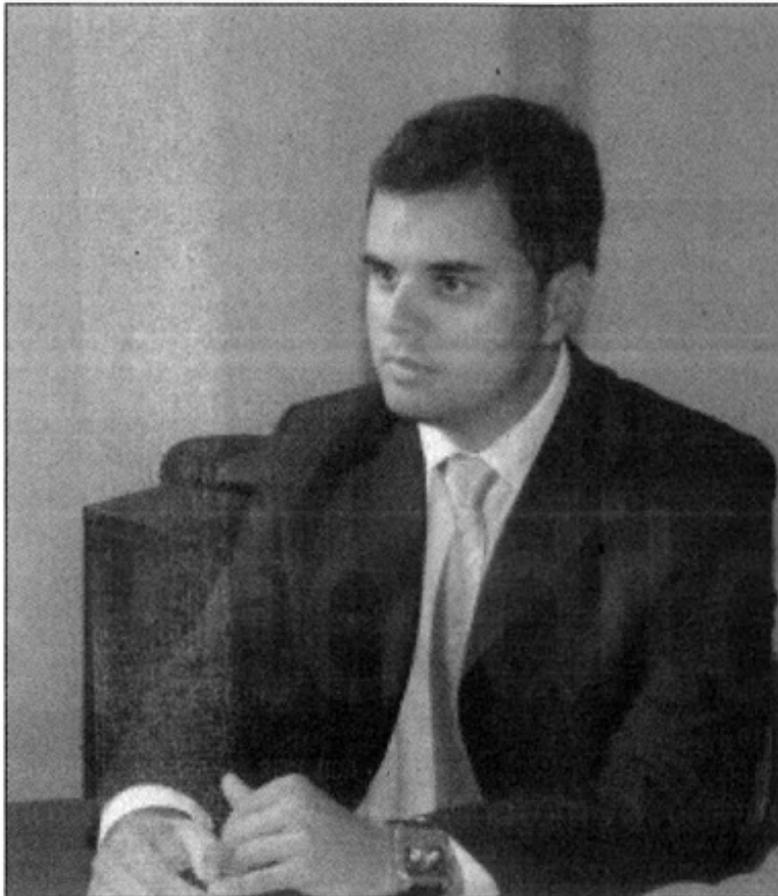
Para o defensor público Alberto Bastos, os problemas detectados nas unidades prisionais violam di-

# 308

presos estão alocados na CCPJ de Pedrinhas

reitos fundamentais, uma vez que as unidades funcionam em condições que afrontam à dignidade da pessoa humana.

De acordo com o juiz Douglas Melo, a Constituição Federal, ao assegurar os direitos fundamentais de todos os indivíduos, nada mais fez que exigir direitos mínimos para essas pessoas que deverão ser respeitados pelo estado e pela sociedade. Os presos, condenados ou não, também fazem parte desse rol de indivíduos", argumenta.



Juiz Douglas de Melo deferiu a ação que interdita parcialmente CDP e CCPJ de Pedrinhas

DIVULGAÇÃO

# 643

presos estão abrigados no Centro de Detenção de Pedrinhas



É o único meio de assegurar o correto cumprimento da pena, promover o adequado funcionamento da unidade prisional e resguardar os direitos fundamentais violados

*Alberto Bastos,  
defensor público*

**ALÔ DO  
PÊTA**

■ Finalmente a Justiça do Maranhão mostrou operância, ao acatar denúncia contra o prefeito Rilva Luís (PV), de Viana. Desde 2008, ele se recusa a nomear aprovados em concurso e demitir servidores contratados da Prefeitura!!!

# TJ-MA recebe denúncia contra o prefeito de Viana

Acusado de descumprir ordem judicial, o prefeito de Viana, Rivalmar Luís Gonçalves Moraes (PV), o "Rilva Luís", responderá ação penal perante o Tribunal de Justiça do Maranhão. Segundo a denúncia, Rilva não cumpriu ordem da Justiça de nomear candidatos aprovados em concurso público e demitir funcionários contratados. **PÁGINA 3**



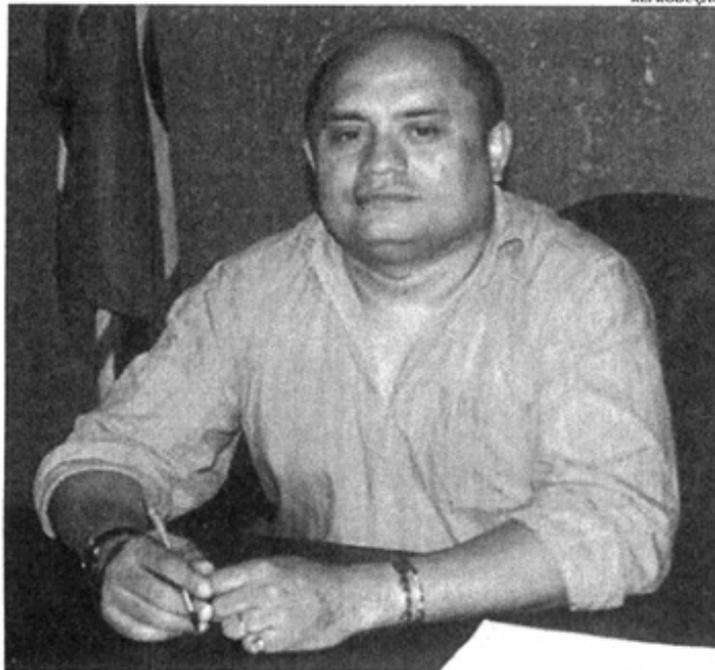
Rilva não nomeou aprovados em concurso

# TJ-MA recebe denúncia contra o prefeito de Viana

Acusado de descumprir ordem judicial, o prefeito do município de Viana, Rivalmar Luís Gonçalves Moraes (PV), o "Rilva Luís", de 39 anos, responderá ação penal perante o Tribunal de Justiça do Maranhão. A denúncia do Ministério Público Estadual (MPE) contra o prefeito foi recebida, por maioria, pelos membros da 3ª Câmara Criminal, em sessão ocorrida ontem (30).

Segundo a denúncia, em julho de 2008, o MPE propôs ação de execução contra o município de Viana, objetivando o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado pelo prefeito para garantir a nomeação de candidatos aprovados em concurso público e a demissão de funcionários contratados.

Rilva Luís foi citado para cumprir a ordem em 30 dias, respondendo, na ocasião, que cumprira apenas a nomeação dos candidatos aprovados. Inti-



Rilva não nomeou aprovados em concurso público

mado para comprovar também a demissão dos funcionários contratados sem concurso, o prefeito não se justificou.

O MPE ofereceu a denúncia acusando-o pelo crime previsto no inciso XIV do artigo 1º do Decreto-Lei 201/67 (deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente).

O relator do processo, desembargador Froz Sobrinho, votou pela rejeição da denúncia, sendo vencido pelos desembargadores Joaquim Figueiredo e Raimundo Nonato Souza, que seguiram a manifestação da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ).

Eles consideraram presentes os requisitos legais para recebimento da denúncia, ficando a análise quanto aos fatos para a fase de instrução criminal, quando o gestor poderá defender-se. (Ascom do TJ-MA e Redação do JP)

# Defensorias pedem suspensão de obras da Via Expressa no Ipase

G. FERREIRA

**A**s Defensorias Públicas do Estado (DPE) e da União (DPU) deram entrada, esta semana, na Justiça Estadual, em uma ação civil pública pedindo a suspensão das obras de implantação da Avenida Via Expressa, obra de infraestrutura que pretende interligar as Avenidas Colares Moreira e Daniel de La Touche, na capital maranhense.

O pedido de paralisação é restrito à área do Ipase de Baixo, por onde deve passar um ramal da nova avenida, e tem por objetivo resolver o problema habitacional da comunidade da Rua da Eletronorte, afetada pelo empreendimento viário.

A ação foi ajuizada após um impasse nas negociações sobre a proposta de realocação apresentada pelas Defensorias, que querem o reassentamento de toda a população de baixa renda do assentamento informal, enquanto a Secretaria de Estado das Cidades (Secid) aceita garantir moradia apenas para a comunidade de moradores de palafitas, pretendendo que restante da população local seja indenizada pela Secretaria de Infraestrutura (Sinfra), o que foi rejeitado pelas DPE e DPU, pois os valores das indenizações não possibilitariam a aquisição de moradia adequada por estes afetados, que também se encontram em situação de vulnerabilidade social.



**Obras da Via Expressa vão deslocar moradores do Ipase de Baixo**

Outro ponto de divergência entre Defensorias e governo do Estado está no valor do aluguel social a ser pago mensalmente aos atingidos, até que recebam suas novas moradias. As Defensorias, com base em documento do Conselho de Corretores de Imóveis (Creci) sobre a média dos aluguéis de casas populares na capital, discordam do valor

de duzentos reais oferecido pelas Secretarias de Estado.

Além da suspensão das obras, até que Executivo Estadual pague a cada família de baixa renda impactada o valor mensal de trezentos e cinquenta reais, para custeio de despesas com aluguel, as Defensorias pedem ainda, liminarmente, a apresentação do cadastro, com exibição do

perfil socioeconômico, de todos os moradores do Ipase de Baixo, a serem diretamente atingidos pela implantação da Avenida Via Expressa.

Acompanham a ação os defensores públicos Alberto Guilherme Tavares, do Núcleo de Moradia da DPE, e Yuri Costa, do Office de Direitos Humanos e Tutela Coletiva da DPU.

**Fernando Barbosa,  
juiz de direito,  
Lisieux Carvalho  
Campos, médica  
psiquiatra, e  
Fernanda Maria  
Nina Pires de  
Sabóia, jornalista,  
esposa de  
Haroldo Sabóia.  
Aniversariam hoje.**

DEU NA FOLHA DE S. PAULO

## R\$ 119 MIL EM DOAÇÕES DO CNJ AO TJ DO MARANHÃO DESAPARECERAM

*Em 13 tribunais investigados no país, cerca de R\$ 6,4 milhões em bens sumiram*

Uma investigação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), cujo resultado foi registrado num relatório do órgão, descobriu que em torno de R\$ 6,4 milhões em bens do-

ados pelo órgão a tribunais estaduais – entre eles o TJ do Maranhão – desapareceram. No TJ do Maranhão, sumiram 106 bens doados, no valor de R\$ 119 mil. **PÁGINA 7**

# R\$ 119 mil em doações do CNJ ao TJ do Maranhão desaparecem

*Em 13 tribunais investigados no país, cerca de R\$ 6,4 milhões em bens sumiram*

Uma investigação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), cujo resultado foi registrado num relatório do órgão, descobriu que em torno de R\$ 6,4 milhões em bens doados pelo órgão a tribunais estaduais – entre eles o TJ do Maranhão – desapareceram. No TJ do Maranhão, sumiram 106 bens doados, no valor de R\$ 119 mil.

Os R\$ 6,4 milhões em doações que desapareceram em TJs de todo o país referem-se a 5.426 equipamentos –entre computadores, notebooks, impressoras e estabilizadores. Os equipamentos que as cortes regionais não sabem explicar o destino foram entregues pelo CNJ para aumentar a eficiência do Judiciário.

A auditoria mostra ainda que os tribunais mantêm parados R\$ 2,3 milhões em bens repassados. Esse material foi considerado "ocioso" pelo conselho na apuração, encerrada no dia 18 de novembro.

O CNJ passa por uma crise interna, envolvendo, entre outras coisas, a fiscalização nos estados, principalmente os pagamentos a magistrados. A conclusão da auditoria revela que o descontrole no uso do dinheiro pelos tribunais pode ir além da folha de pagamento.

Diante da situação, o CNJ decidiu suspender o repasse de bens a quatro estados: Paraíba, Tocantins, Rio Grande do Norte e Goiás.

Os três primeiros estão com um índice acima de 10% de bens "não localizados", limite estabelecido para interromper o repasse. Já o tribunal goiano, segundo a auditoria, descumpriu regras na entrega de seus dados.

Além desses quatro, a inves-

## DESAPARECIDOS

Equipamentos doados pelo CNJ a tribunais sumiram ou não são utilizados

**Materiais**  
Anualmente, o CNJ doa equipamentos como computadores e impressoras a tribunais estaduais para aumentar a agilidade dos trabalhos no Judiciário

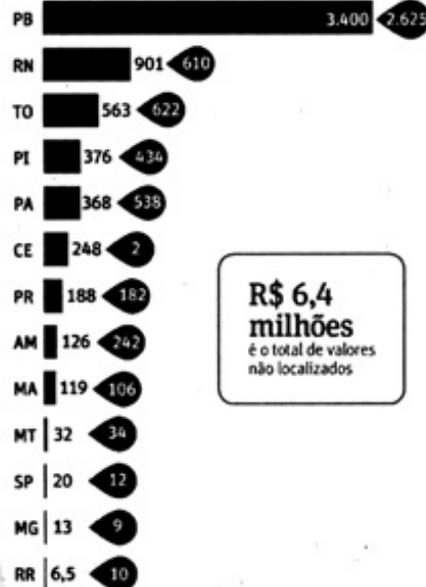
**Sumiço**  
Investigação do conselho aponta que cerca de R\$ 6,4 milhões em equipamentos doados pelo órgão aos tribunais desapareceram

**Parados**  
O relatório indica ainda que R\$ 2,3 milhões em material (595 equipamentos) estão ociosos nos tribunais sem justificativas

**Resultado**  
A auditoria suspendeu as doações para quatro Estados que apresentaram um índice acima de 10% de material desaparecido: PB, TO, RN e GO

### VALORES NÃO LOCALIZADOS, POR ESTADO\* (EM R\$ MIL)

Quantidade de equipamentos não encontrados



**R\$ 6,4 milhões**  
é o total de valores não localizados

**5.426**

equipamentos, entre computadores, notebooks, impressoras e estabilizadores, estão desaparecidos

**R\$ 3,4 milhões**

é o valor dos bens desaparecidos no tribunal da Paraíba, Estado campeão nas irregularidades

**62%**

do que foi doado à corte paraibana teve um destino não conhecido

\*Os dados referentes a Goiás não foram contabilizados porque o relatório do TJ-GO não atendeu às regras exigidas pelo CNJ. Fonte: Relatório do CNJ

tigação atingiu outros 12 estados. Numa análise preliminar, 10 também apresentaram irregularidades. São eles: Piauí, Pará, Ceará, Paraná, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais e Roraima.

**Nova investigação** – Apenas Espírito Santo e Rio Grande do Sul encontraram todos os bens. Os demais não foram punidos com bloqueio, mas têm até maio – quando uma nova auditoria será feita – para mostrar as providências que estão tomando para localizar os equipamentos.

No relatório, o CNJ ressalta que "trata-se de recursos públicos que estão sendo distribuídos ao Poder Judiciário com um objetivo específico: informatizar o Poder Judiciário a fim de tornar a Justiça mais célere".

A investigação do conselho abrangeu um universo de R\$ 65 milhões em bens doados entre 2010 e 2011.

A prática do CNJ de doar material aos tribunais foi regulamentada em 2009.

Segundo a resolução, "o CNJ poderá destinar recursos ou oferecer apoio técnico aos tribunais com maior carência, visando o nívelamento tecnológico". Cabe à Comissão de Tecnologia e Infraestrutura definir os critérios.

O tribunal da Paraíba é o campeão de equipamentos desaparecidos. O valor chega a R\$ 3,4 milhões, pouco mais da metade do que o CNJ não localizou no país.

De acordo com o conselho, 62% do que foi doado à corte paraibana tomou um destino incerto. (Folha de S. Paulo e Redação do JP)

## O governo é mau

William Godwin, um dos filósofos libertários do anarquismo que vicejou na França do século XIX, fez duas observações que cabem como uma luva nos dias políticos que vivemos hoje no Maranhão. Na primeira, garantiu que, de todos os meios capazes de agir sobre o pensamento, nenhum é mais poderoso do que o governo. Na segunda, afirmou que o governo é tão mau na prática quanto na teoria.

Nas eleições de 2010, vimos o governo Roseana agir de forma furiosa sobre o pensamento de partidos políticos e prefeitos que até então juravam ter rompido com o modelo coronelista do senador José Sarney. O confisco de recursos, ameaças, compra de consciências e coações garantiram apoio à governadora. E o projeto das oposições se esvaiu em meio aos mais testemunhados crimes de abuso de poder político e econômico da história eleitoral deste estado.

“O governo é tão mau na prática quanto na teoria”. Nem vamos falar aqui das escolas fechadas, da insegurança, das ameaças aos funcionários públicos. O governo é mau porque se assenta na teoria de que governar é vencer eleições, pouco importando que para tanto seja necessário cultivar o analfabetismo, corromper lideranças, promover carnificinas morais pela mídia, relegar a segurança a segundo plano e subjugar a Justiça, tudo em detrimento das aspirações ideológicas, econômicas e políticas de todo o povo.

Mas se o governo é mau (e vai mal) é preciso não esquecer da leniência existente em certos setores da oposição que, diante de qualquer revés a seus projetos pessoais, se rendem às sinecuras, empreguismo, cargos e verbas públicas que jorram das canetas do poder.

Como regra, os derrotados da oposição hoje tornam-se secretários de governo amanhã. *(JM Cunha Santos)*

**DESCE** ↓ O ex-prefeito de João Lisboa, Francisco Alves de Holanda, foi condenado a 42 anos de prisão, por ato de improbidade administrativa ao realizar uma série de despesas sem a realização prévia de licitação. Holanda foi condenado, ainda, ao pagamento de multa de 2% do valor gasto irregularmente, que foi superior a R\$ 2,6 milhões.

## JOÃO LISBOA

# Ex-prefeito é condenado a 42 anos de prisão por improbidade administrativa

A Justiça condenou a 42 anos de prisão o ex-prefeito de João Lisboa, Francisco Alves de Holanda. A sentença atende ao pedido feito pelo Ministério Público do Maranhão, que acusou o ex-gestor de improbidade administrativa ao realizar uma série de despesas sem a realização prévia de licitação. Holanda foi condenado, ainda, ao pagamento de multa de 2% do valor gasto irregularmente, que foi superior a R\$ 2,6 milhões.

A ação do Ministério Público, assinada pelos promotores de Justiça Maria José Lopes Corrêa e Tarcísio José Sousa Bonfim, baseou-se em relatório do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão a respeito das contas do município no exercício financeiro de 2004. Na ação, foram apontadas 204 ocorrências de despesas sem licitação. Dessas, para apenas 48 a prefeitura de João Lisboa comprovou a existência de

processo licitatório. Nos outros 156 casos não foram apresentados documentos que comprovassem a existência de licitação e nem qualquer procedimento que declarasse a dispensa ou inexigibilidade do processo.

Outra acusação feita pelo Ministério Público foi a de que o Município teria realizado fracionamento de despesas, visando utilizar um sistema de licitação menos rigoroso, o de Cartas-Convite. A prática foi confirmada pela Justiça, mas não houve condenação do prefeito nesse ponto por não ter ficado provada a intenção do ex-gestor em burlar a Lei de Licitações.

Os promotores de Justiça também defenderam, na ação, a tese de que os crimes praticados por Francisco Alves de Holanda teriam continuidade delitiva, que é a prática de crimes da mesma espécie em continuida-

de, fator que pode determinar o aumento da pena. De acordo com o juiz Márlon Jacinto Reis, da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa, essa característica não pode ser atribuída às irregularidades do ex-prefeito como um todo, pois a legislação limita o período a um mês, enquanto as compras e contratações irregulares foram feitas durante todo o ano de 2004.

O juiz, no entanto, tipificou a conduta do ex-prefeito como sendo de continuidade delitiva em cada mês de 2004. Assim, o julgamento das irregularidades foi feito de forma independente para cada um dos 12 meses do ano. Dessa forma, Francisco Alves de Holanda foi condenado 12 vezes a três anos e seis meses de prisão, totalizando a pena de 42 anos de detenção.

## **Ofício de Notas**

José Maria Pinheiro Meireles, por designação do corregedor-geral de justiça, desembargador Cleones Cunha, passa agora a exercer o cargo de notário interino do 3º Ofício de Notas da Capital. Substitui o tabelião Luiz de França Belchir Filho, afastado por decisão da corte. A posse foi presidida pelo juiz Sebastião Joaquim Lima Bonfim, diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa.

# Corregedor-geral instala Turma de Uniformização de Interpretação de Lei

Ontem (30), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, instalou e empossou os integrantes da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, regida pela Resolução nº 44/2011, do Tribunal de Justiça do Maranhão. A Turma é presidida pelo desembargador José Luiz Almeida e formada pelos presidentes das cinco Turmas Recursais de São Luís. Farão parte do trabalho da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei os juízes Raimundo Nonato Sorocaba Martins Filho (presidente da 1ª Turma Recursal), Samuel Batista de Souza (presidente da 2ª Turma Recursal), Manoel Aureliano Neto (presidente da 3ª Turma Recursal - que está afastado), Maria do Socorro Carneiro (presidente da 4ª Turma Recursal) e Lucas da Costa Ribeiro Neto (presidente da 5ª Turma Recursal).

O papel da Turma será solucionar divergências entre decisões proferidas pelas Turmas Recursais em questões de direito



Cleones Cunha, durante posse dos integrantes da turma

material. Isso será feito quando houver pedidos de advogados. Eles podem ingressar com recurso em até dez dias após a publicação de decisão que tenha gerado divergência, pedindo para uniformizar as decisões.

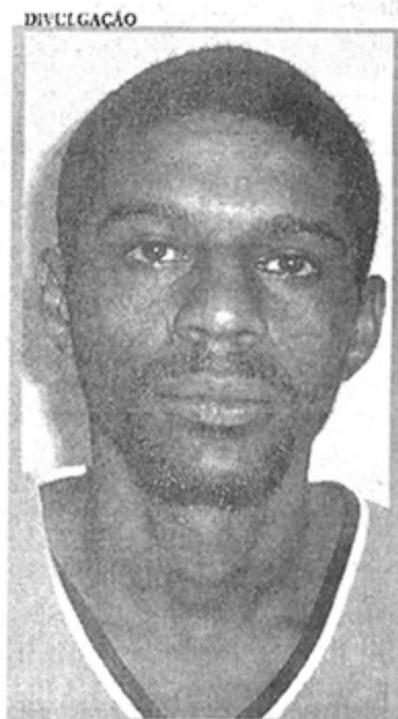
"Fico alegre em instalar a Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, que é uma

novidade na estrutura dos Juizados Especiais, e é uma grande vantagem termos esse instrumento para tratar das divergências", disse o desembargador Cleones Cunha, na sala de reunião do seu gabinete. "Apesar da simplicidade desse ato, solenemente, declaro a Turma instalada e a entrego nas mãos dos senhores", completou o

corregedor-geral. A coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, juíza Márcia Cristina Coelho Chaves, também, acompanhou a instalação da Turma de Uniformização.

Para o desembargador José Luiz Almeida, escolhido para presidir da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, qualquer tarefa que envolva estudo, dedicação intelectual, é recebida com alegria. "Eu me sinto muito honrado por ter sido escolhido pelo Tribunal de Justiça para a tarefa. Vejo isso como um bônus. Estarei à disposição para que possamos analisar as matérias com profundidade, e espero que nestes dois anos tenhamos um trabalho positivo", declarou o desembargador durante a posse.

A primeira reunião da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei será convocada pelo desembargador José Luiz Almeida. As reuniões ocorrerão uma vez por mês, na sala das sessões Criminais do Tribunal de Justiça do Maranhão.



**Gugu é acusado de ter participado no assassinato do sargento Clóvis**

## ***Polícia Militar prende suspeito da morte do sargento Clóvis***

Uma ação da Polícia Militar de Itapecuru-Mirim, no domingo (29), resultou na detenção de Antônio José Santana Lisboa, conhecido como 'Gugu', de 27 anos. Conforme a polícia, Gugu foi preso por um assalto cometido no ano de 2009, na capital maranhense. Ainda de acordo com a polícia, ele também é suspeito de participar do assassinato que vitimou o sargento Clóvis

dos Santos de Oliveira, 42 anos, ocorrido em dezembro de 2011, no Bairro da Vila Itamar.

A delegada Ludylena Sampaio, titular do 11º Distrito Policial, responsável pelos procedimentos do caso, informou que a prisão de Gugu se deu em decorrência de um mandado de prisão preventiva expedido pela 5ª Vara Criminal por sentença condenatória, podendo pegar sete anos de reclusão.

**Prisão** – Segundo informações, Antonio foi identificado por um policial que estava passando pelo Bairro da Galeria, na cidade de Itapecuru-Mirim. Ao ser localizado, o acusado foi surpreendido por uma guarnição da Polícia Militar, que em seguida informou a Polícia Civil sobre a detenção do mesmo.

Na delegacia, serão feitos todos os procedimentos sobre o assalto ocorrido em 2009, em São Luís. De acordo com a polícia, Gugu também será ouvido sobre o assassinato do sargento Clóvis dos Santos, já que o mesmo seria o terceiro envolvido na morte do policial.